


MERCADO

Para mercado, plano B é frágil e não empolga investidor

20.02.2018 15:51 | por Bárbara Leite  0

Pacote alternativo à reforma da Previdência é considerado inócuo; autonomia do BC e simplificação tributária são pontos da nova pauta

No dia em que desistiu de aprovar a reforma da Previdência, a equipe econômica divulgou uma agenda alternativa para tentar reequilibrar as contas públicas. As 15 medidas anunciadas, porém, foram recebidas com ceticismo pelo mercado.

"O pacote é inócuo. O governo tenta jogar alguma migalha para o mercado com as medidas, que igualmente (à Previdência) terão que ser aprovadas pelo Congresso", disse à Reuters o superintendente da Correati Corretora, Ricardo Gomes da Silva, ao lembrar da falta de apoio agora para passar a Previdência.

Entre as iniciativas anunciadas na segunda à noite pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (foto), está a autonomia do Banco Central (BC), a simplificação tributária, a nova lei das finanças públicas, redução da desoneração da folha de pagamento e mudanças no cadastro positivo e distrato (Veja abaixo).

Para a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, segundo a agência Estado, a lista de medidas anunciadas pelo governo consegue ao mesmo tempo ser incompleta e sem prioridades.

A avaliação da economista é de que, diante do pouco tempo que resta ao governo Temer, o pacote deveria conter medidas factíveis com visão fiscal. Zeina entende que o governo deveria estar preocupado em procurar medidas que pudessem compensar a falta da reforma da Previdência.

"Não está claro que há (no pacote) uma estratégia de governo", disse a chefe do Departamento Econômico da XP Investimentos. Ela acredita que a reforma do PIS/Cofins, por exemplo, é um dos temas listados que não tem a menor chance de avançar dado que envolve muitos interesses.

Para o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, o anúncio da agenda alternativa do governo sugere que trata-se de uma forma que um governo frágil encontrou para encobrir a ausência de aprovação do projeto que altera as regras de aposentadoria.

"É uma estratégia de um governo fragilizado para tentar tapar o buraco da falta da reforma. Querem criar um fato novo, mas são todas medidas requentadas. A própria autonomia do Banco Central já era uma batalha do Armínio Fraga", diz, ao citar o ex-presidente do BC.

Confira a pauta prioritária do governo anunciada na segunda-feira:

1. Reforma do PIS/COFINS – Simplificação Tributária
2. Autonomia do Banco Central

3. Marco legal de licitações e contratos – Projeto de Lei (PL) 6814
4. Nova lei de finanças públicas – PL 295
5. Regulamentação do teto remuneratório – PL 6726
6. Desestatização da Eletrobras – PL 9463
7. Reforço das Agências Reguladoras – PL 6621
8. Depósitos voluntários no Banco Central – PL 9248
9. Redução da desoneração da folha – PL 8456
10. Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais – PL 9215
11. Cadastro positivo – PLP 441
12. Duplicata eletrônica – PL 9327
13. Distrato – PLS 774
14. Atualização da Lei Geral de Telecomunicações
15. Extinção do Fundo Soberano

*Com agências